

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA PORTA ROMÂNTICA PARA A INCLUSÃO

Daniela Pinto¹
Universidade do Porto

Sara Pinheiro²
Universidade do Porto

Sofia Marques Silva³
Universidade do Porto

Resumo

A escola é uma das instituições à qual é atribuída maior relevância a nível social. No entanto, pode potenciar processos de exclusão dos/as estudantes que por características pessoais, sociais e culturais não se enquadram na lógica escolar. Para estes/as jovens, têm-se projectado outros percursos educativos que, aparentemente, pretendem ajudar a dissipar as lacunas deixadas pela educação escolar. A formação profissional é disso exemplo. O objecto desta comunicação centra-se no interesse em procurar compreender o modo como a formação profissional é perspectivada e experienciada por diferentes figuras directamente com ela relacionadas.

Um estudo exploratório realizado numa IPSS frequentada por crianças, jovens e adultos/as, portadores/as de deficiência mental, procurou compreender e conhecer as experiências formativas dos/as jovens. No âmbito de uma abordagem etnográfica, optou-se pela observação-participante (de contextos, figuras e práticas) e pela entrevista semi-directiva (a jovens, formadores/as e representantes da instituição).

Nesta comunicação destacaremos os pontos de vista juvenis face à sua experiência de formação profissional, e ao modo como procuram acentuar as dissemelhanças relativamente à Escola que referem enquanto “normal”. A partir daqui, discutir-se-ão possíveis alcances da formação profissional na construção de percursos possíveis para a inclusão.

Introdução

Esta investigação tem como problemática central a dualidade entre a escola regular, que pelas suas características é ainda nos nossos dias marcadamente selectiva e produtora de desigualdade social, e a formação profissional, que discursivamente afirma a intenção de “voltar a incluir” os/as jovens que menos se aproximam da lógica escolar e, por esse motivo, são dela excluídos. Assim, esta comunicação enquadra-se no âmbito de uma investigação exploratória realizada numa IPSS, que acolhe sujeitos de várias faixas etárias, com deficiência mental. Esta instituição é composta por diferentes valências que proporcionam aos/às seus/suas utentes actividades formativas distintas, sendo a formação profissional uma delas. Neste sentido, a valência da formação profissional é composta por oito cursos em áreas distintas (por exemplo, ajudante de mecânico auto, ajudante de serigrafia, etc.), cursos estes frequentados por 43 jovens. Os/As jovens que frequentam a formação profissional na instituição têm características distintas.

Existem jovens que apresentam deficiência ligeira estando «na fronteira entre a deficiência mental e a “normalidade”» (E1), e também jovens com deficiência mental mais profunda e com menor grau de autonomia, mas todos/as passaram por um percurso de exclusão escolar.

No nosso estudo focamo-nos, portanto, na componente da formação profissional, uma vez que, esta é uma das apostas da instituição para formar alguns grupos que a frequentam. Desta forma, nesta investigação procurou-se compreender a forma como jovens portadores de deficiência experienciam a escola regular, quais as causas que os/as levam a afastar-se desta e, neste contexto de exclusão, quais as vantagens ou desvantagens que a existência de formações alternativas à escola, como a formação profissional, poderá trazer para a integração, não só escolar mas também social, destes/as jovens. Importa ainda salientar que não foram apenas os sentidos atribuídos pelos/as jovens à formação profissional, que nos despertaram interesse, mas também a perspectiva dos profissionais acerca da mesma.

Deste modo, através da aproximação ao contexto e jovens, foi-nos possível perceber de que forma a formação profissional, parecendo funcionar numa lógica muito distinta da escola regular, e por isso mais próxima, de modo a colaborar na socialização destes/as jovens, parece também permitir que estes/as se adaptem e tenham maior sucesso neste tipo de formação. Não nos seria possível no entanto, perceber o percurso destes/as jovens ignorando o papel que a escola teve nas suas formações. Neste sentido, este estudo questionou o papel da escola no percurso formativo destes/as jovens, assim, como os processos de exclusão que ocasiona. No entanto, para esta comunicação consideramos relevante focarmo-nos nas respostas que obtivemos acerca da formação profissional.

Num contexto em que a Escola parece não oferecer a todos/as as mesmas oportunidades de sucesso escolar, mesmo garantindo o seu acesso, a formação profissional surge para estes/as jovens como uma forma de alargarem os seus conhecimentos numa área específica de formação que os prepare para a entrada no mercado de trabalho. Assim, o que exploramos nesta pesquisa é a forma como esta oferta formativa, que parece aparecer no percurso destes/as jovens mais como uma alternativa do que como uma opção, pode funcionar como uma forma, não só de preparação para a vida profissional, mas também como uma formação pessoal e social.

Neste sentido, esta comunicação encontra-se organizada numa primeira parte que enquadra os objectivos desta pesquisa, tendo em conta a sua problemática central. Na segunda parte desta comunicação explicita-se o método utilizado nesta pesquisa, assim como, as metodologias de recolha de informação empírica e a técnica de análise mobilizada para o tratamento dos dados recolhidos. Através desta recolha e tratamento do material empírico e da sua confrontação com o quadro teórico, foi-nos possível chegar a alguns resultados de acordo com os objectivos a que nos tínhamos proposto, sendo estes apresentados numa terceira parte desta comunicação. A

última parte diz respeito às conclusões, onde se apresentam as interpretações e inferências que podemos retirar desta investigação.

Objectivos

Para a realização deste estudo definimos objectivos orientadores da pesquisa, sendo estes estruturados em torno dos sujeitos principais deste estudo – os/as jovens que frequentam a formação profissional, na instituição. No entanto, e porque não poderíamos compreender de maneira precisa e integrada a forma como os/as jovens experienciam a sua formação e quais os sentidos que lhe atribuem sem conhecer também as perspectivas e expectativas daqueles/as que com eles/as trabalham quotidianamente, os nossos objectivos incluem também questões relativas aos sujeitos que, apesar de não serem o foco deste estudo, se constituem para ele como elementos fundamentais. Assim, apresentam-se de seguida os objectivos orientadores desta investigação:

- Conhecer as percepções que os diferentes intervenientes têm acerca da formação profissional;
- Perceber de que modo os/as jovens são excluídos ou não da escola regular e de que modo a formação profissional os/as ajuda a integrarem-se nos diferentes domínios da vida social;
- Compreender como e porquê os/as jovens que frequentam a formação profissional, na instituição, voltam a ser incluídos na instituição de forma diferente daquela que eram na escola dita normal;
- Relacionar o modo como a instituição e a formação profissional funcionam, com a forma como os/as jovens são incluídos e estimulados para o sucesso;
- Compreender de que forma os/as jovens se sentem na formação profissional e quais as expectativas que têm em relação à contribuição da formação para o seu futuro;
- Perceber qual o tipo de relação que os/as monitores mantêm com os/as jovens e quais as suas percepções e expectativas sobre a formação profissional;
- Percepcionar se alguns dos/as jovens que frequentam a formação profissional poderão regressar à escola, obtendo sucesso e sentindo-se inseridos/as nesta.

Método

O método etnográfico foi o método seleccionado ao longo de toda a investigação, sendo caracterizado pela permanência durante um largo período de tempo no terreno. Com este método pretendemos descrever e conhecer um determinado grupo social, dando-lhe plena atenção, para que assim pudéssemos ficar a compreender a sua realidade e experiências de vida.

Para tal, utilizamos como técnica a observação-participante, sendo esta definida por De Ketele e Roegiers como tratando-se de «um processo e não de um mecanismo simples de impressão por reprodução ou por fotocópia» (De Ketele e Roegiers, 1993:23), isto porque, ela contém também uma forte componente de interpretação por parte do observador/a. Esta metodologia permitiu-nos estar e participar no contexto dos/as jovens, contactar e comunicar com eles/as, para desta forma podermos perceber e apreender as dinâmicas quotidianas dos/as jovens na instituição, aproximando-nos mais da sua realidade. A utilização desta técnica teve também como objectivo a observação dos espaços, dos sujeitos, das actividades, dos comportamentos, acontecimentos, os tempos, os objectivos e sentimentos dos sujeitos, sempre numa relação de interacção e tentando perceber, além daquilo que podemos observar directamente, os significados que estes/as atribuem aos acontecimentos. Assim, podemos perceber que «a observação participante é portanto uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que deseja compreender um meio social que, à partida, lhe é estranho ou exterior e que lhe vai permitir integra-se progressivamente nas actividades das pessoas que nele vivem» (Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, 1990:155).

O processo de recolha de dados para esta investigação foi complementado ainda com entrevistas. Segundo De Ketele e Rogieres (1993) «a entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informação sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informação» (De Ketele e Roegiers, 1993:22). As entrevistas foram realizadas com os/as jovens, com o objectivo de os/as conhecer mais profundamente assim como, as suas percepções e expectativas sobre a escola e a formação profissional. Realizámos também entrevistas ao coordenador da formação profissional na instituição e aos/às monitores/as, com as quais pretendíamos perceber o funcionamento da formação profissional, bem como para apreender as percepções dos/as monitores/as sobre a mesma.

Optámos pela realização de entrevistas semi-directivas, sendo estas descritas como aquelas em que o entrevistador «prevê algumas perguntas importantes ou alguns pontos de referência», mas «nem todas as intervenções do entrevistador estão previstas antecipadamente» (De Ketele e Roegiers, 1993:193). Assim, as entrevistas que realizámos tinham um guião estruturante e algumas questões orientadoras, no entanto, davam espaço ao/à entrevistado/a, para que este/a pudesse responder de forma aberta às questões por nós colocadas.

Foi também nosso objectivo demonstrar, no decorrer das entrevistas efectuadas, a importância do papel do entrevistado/a para o nosso trabalho, estimular a partilha por parte dos entrevistados/as, saber ouvir o que nos tinham para dizer, não interromper o raciocínio do

entrevistado/a, dando espaço para a comunicação e mostrando sempre interesse no discurso do entrevistado/a.

A escolha do método etnográfico e das técnicas de recolha de dados foi influenciada pelo pólo técnico, uma vez que este tem por base a selecção dos métodos e técnicas que vão orientar a recolha dos dados, sendo que nos permitem organizar essa mesma recolha.

A fase de recolha de dados é fundamental para o trabalho de investigação, no entanto, a forma como esta informação é tratada e interpretada é também de grande importância. Assim, como técnica de análise de dados utilizamos a análise de conteúdo. Esta é definida, segundo Jorge Vala, «como uma técnica de investigação que permite “a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson citado por Vala, 1989:103). Esta fase do trabalho de investigação enquadra-se portanto, no pólo morfológico, pois, é nesta fase que se executa um trabalho de “bricolage”, como refere José Alberto Correia, ou seja, em que se organizam os recortes da investigação. Queremos com isto dizer que é neste pólo que se articula o material empírico com o material teórico, tendo em conta o público a que se destina.

Assim, esta técnica, permitiu-nos organizar e analisar os dados recolhidos empiricamente. Começamos esta análise pela leitura flutuante das notas de terreno e entrevistas, que se seguiu de uma leitura mais aprofundada, já com vista à obtenção de categorias, isto é, realizámos uma descrição analítica do material empírico. Posteriormente, procedemos à inferência dos dados, confrontando-os com os conceitos teóricos que os pudessem clarificar.

O processo de análise de conteúdo pressupõe uma categorização dos dados recolhidos, visando esta categorização «simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação», sendo estas categorias «o elemento chave do código do analista» (Vala, 1986:110). Cada categoria «é habitualmente composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevam o campo semântico do conceito» (Vala, 1986:111). Neste estudo, a construção de categorias de análise passou por duas etapas distintas, a formulação das categorias e a caracterização das mesmas. Deste modo, apresentamos de seguida as categorias que formulamos, bem como as respectivas interpretações.

Assim, uma das categorias que elaboramos está relacionada com as questões da entrada no terreno, sendo que se refere à forma como os/as jovens reagiram à nossa presença na instituição, aos obstáculos com que nos deparamos, aos espaços onde nos deslocamos.

Outra categoria refere-se aos aspectos que caracterizam os/as jovens, sendo que integra os dados relativos à linguagem e ao comportamento destes/as, ao desempenho ao nível da formação, bem como o seu percurso escolar e pessoal. Optámos pela abordagem destes aspectos, pois pensamos que estes nos possibilitam conhecer os/as jovens, sendo que este seria o nosso objectivo, para poder responder às questões que colocamos no nosso trabalho.

Ao longo das nossas observações surgiu-nos também material relevante que nos levou a construir como categorias as diversas relações existentes, nomeadamente, a relação monitores/jovens, a relação instituição/jovens e a relação entre jovens. Esta categoria diz respeito às relações que se constroem no quotidiano, através da interacção entre os sujeitos. A forma como estas relações se estruturam e desenvolvem é para nós fundamental para as práticas educativas, e em particular na formação profissional.

Outro aspecto fundamental para compreender a formação profissional é perceber também a sua organização, as razões dos/as jovens para escolher este percurso, bem como a forma como o fazem, os interesses que têm ao optar por esta formação e o modo como escolhem o curso. Estas categorias estão presentes na nossa organização temática, pois mostraram-se imprescindíveis para responder à nossa investigação.

Seleccionámos como categoria geral as diferentes percepções, esta engloba as percepções dos/as profissionais da instituição sobre a formação profissional e sobre a escola, as percepções dos/as jovens sobre a escola e sobre a formação profissional, as percepções da sociedade sobre a formação profissional. Estas percepções são a base de todo o nosso trabalho, pois, é através destas que obtivemos as visões dos diversos sujeitos acerca da realidade.

Resultados

Quais as oportunidades que a formação profissional oferece?

Com esta exploração temos como um dos principais objectivos perceber quais as oportunidades que a formação profissional oferece para os/as jovens que a frequentam. Assim, faremos uma abordagem que tentará, de algum modo, dar resposta à questão: a formação profissional fecha ou abre portas na vida dos/as jovens?

A resposta a esta questão tem uma dupla abordagem, pois, por um lado, a formação profissional dá oportunidade aos/às jovens que a frequentam de terem por este percurso aquilo que não tiveram oportunidade de ter no sistema regular de ensino, por diversos motivos (Proposta de Lei da Formação Profissional).

Por outro lado, a entrada para a formação profissional, formação que está muito mais focalizada num determinado tipo de actividades práticas, que visam a preparação dos/as jovens para uma profissão específica, acaba por fazer com que, inevitavelmente, os/as jovens percam algumas das aprendizagens necessárias para a sua vida futura.

Pela análise da proposta de lei para a formação profissional, esta é bastante valorizada, como atenuante das desigualdades para aqueles/as que têm níveis de escolaridade insuficientes e que por isso, correm o risco de marginalização e exclusão, bem como, para aqueles/as que abandonando a escola prematuramente acabam por ingressar, também precocemente no

mercado de trabalho. A formação profissional é apontada como uma das formas de construir uma sociedade do conhecimento e competitividade no mundo do trabalho (Proposta de Lei da Formação Profissional). Santos Silva aponta como uma barreira à democratização do sistema escolar o facto de não existir uma «adequação entre [o sistema de ensino] e os outros subsistemas sociais, designadamente o sistema de emprego» (Santos Silva, 1994:1217), facto este que a formação profissional tenta colmatar.

No entanto, os/as jovens que ingressam pela via da formação profissional, têm aprendizagens diferentes daquelas que teriam na escola dita normal. Por esta ser uma formação mais prática e vocacionada, principalmente para o desenvolvimento profissional, os/as alunos/as acabam por perder alguns dos conteúdos que teriam noutra tipo de formação. Assim, acabam por perder, conseqüentemente, algumas oportunidades que teriam se continuassem o seu percurso pelo ensino regular (Proposta de Lei da Formação Profissional).

Outra das características da formação profissional que pode abrir uma oportunidade para os/as jovens é ao nível da empregabilidade que esta formação possibilita aos/às jovens. A formação profissional assume, assim, o papel de preparar os/as jovens para o ingresso no mercado de trabalho e para que consigam uma qualificação profissional, através da qual se reduz o risco de desigualdade social e exclusão que, muitas vezes, se verifica a este nível, quando se trata deste tipo de população jovem e com baixos níveis de escolaridade (Proposta de Lei da Formação Profissional).

No entanto, estes/as jovens acabam por perder a oportunidade de ter uma formação diferente e outro tipo de oportunidades, que podem até ser muito mais variadas. Neste sentido, é necessário que a escola se transforme para que todos/as possam ter iguais oportunidades de sucesso no sistema normal de ensino, e que possam ter real liberdade de escolha para o seu futuro.

Constitui também nosso objectivo perceber como a formação profissional funciona de forma diferenciada da escola regular, para que possa promover a inclusão destes/as jovens. Assim, uma das características da formação profissional que mais a aproxima dos/as jovens e os faz sentirem-se incluídos é a relação que é estabelecida entre formadores e formandos.

Assim, recorrendo ao material empírico que recolhemos, podemos constatar que a relação entre os/as jovens e os/as profissionais da instituição é marcada pelo apoio oferecido aos/às jovens, sem no entanto, desvalorizar as suas experiências e conhecimentos. Também se evidencia uma maior proximidade na relação existente entre os/as formandos/as e os/as profissionais, comparativamente com o que acontece na escola. Relativamente a esta questão, os/a monitores/a da formação profissional referem que:

«o/a formador/a é muito próximo dos/as formandos/as, é principalmente uma relação de amizade. Em algumas situações o/a monitor/a substitui a família, pois tentam ajudar a resolver os problemas, tentando perceber o porquê dos comportamentos dos/as jovens» (E4).

A situação descrita não implica, no entanto, que não existam regras na formação profissional, as quais todos/as os/as formandos/as percebem que devem cumprir.

« (...) os/as jovens sabem os limites, sabem até onde podem e devem ir, há sempre respeito e exigência, estes aspectos são sempre exigidos aos/às jovens» (E4).

Evidencia-se assim, que no que respeita à formação profissional, prestada na instituição, não se estrutura uma dimensão educativa onde não existem regras ou exigência. Existe sim, e como forma complementar destes elementos, a tentativa de compreender os/as jovens e os seus comportamentos, na tentativa de flexibilizar e adaptar cada vez mais a formação a quem dela usufrui.

Outro factor importante que pensamos contribuir para a formação e adaptação dos/as jovens e para que se mantenha uma relação mais próxima e significativa com os/as formadores/as, é o facto de os/a monitores/a participarem activamente nas tarefas.

«A monitora também ajudava nos trabalhos de impressão» (NT12).

Apesar de terem que existir algumas regras (por exemplo: não fumar durante o tempo de aulas) existe aqui alguma flexibilidade para com estes/as jovens. Tal como Goffman desenvolve no seu trabalho sobre as instituições totalitárias, também aqui se podem observar adaptações dos indivíduos às regras da instituição. Ou seja, se numa instituição os indivíduos são impedidos de fazer algo que é para si importante, então estes/as vão adaptar-se, tal como «os detidos aprendem depressa os «expedientes», os «truques», as «ocasiões», os «ardis» que lhes permitem «obter satisfações intermédias ou satisfações autorizadas por meios proibidos» (Goffman citado por Van Campenhoudt, 2003:54).

Assim, se um/a jovem é impedido/a de fumar, por exemplo, este facto pode fazer com que encontre formas de obter aquilo que deseja, muitas vezes de formas desadequadas, é a estas práticas que Goffman chama adaptações secundárias. Para este autor, estas têm um papel importante, pois, o indivíduo «vê nisso a prova importante de que ele é ainda o seu próprio mestre e dispõe de um certo poder sobre o seu meio» (Goffman, citado por Van Campenhoudt, 2003:54). Assim, algo que nos pareceu de início pouco adequado, veio mais tarde e depois do conhecimento mais aprofundado do contexto a revelar-se não algo positivo, mas uma forma de lidar com a situação que não é tão gravosa como poderia parecer. Deste modo, tal como refere Campenhoudt «se queremos lançar um pouco de luz sobre os modos de vida e comportamentos, devemos considerar que eles não são nem anormais nem inaceitáveis a partir do momento em que são captadas «do interior» e inseridos no seu contexto» (Van Campenhoudt, 2003:48). No

mesmo sentido, o mesmo autor refere que «aquele que a priori considera que um modo de vida ou um comportamento é inaceitável ou anormal (não no sentido estatístico, mas no sentido vulgar do que comportaria uma anomalia) coloca-se na impossibilidade de compreender seja o que for» (Van Campenhoudt, 2003:47).

Outra característica da formação profissional que faz com que estes/as jovens se adaptem melhor a este tipo de formação é a sua vertente mais prática e profissionalizante, que contrasta com a lógica abstracta e cognitivista da escola regular. Este facto é referido pelos/as formandos/as da formação profissional.

«Aqui o tempo passa melhor, na escola nunca mais passava era sempre a “morrer”. Aqui passa um, passa outro e o tempo passa melhor» (E5).

Estas expressões mostram bem que existe uma melhor adaptação à formação profissional do que à escola, uma vez que, aqui há actividades mais práticas em que os/as formandos/as participam e têm um papel activo. Augusto Santos Silva refere que «um dos factores que mais conduzem à penalização e exclusão de jovens oriundos das classes populares, de meios rurais e de minorias étnicas é a redução dos critérios de avaliação escolar a uma única hierarquia de méritos, a qual, sistematicamente, sobrevaloriza as competências e as disposições práticas ligadas a outros universos culturais e à experiência do trabalho manual» (Santos Silva, 1994:1224).

Para além deste desenvolvimento de competências mais práticas e profissionalizantes é também função da formação profissional dar atenção ao desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, tal como se apresenta na proposta de lei para a formação profissional. Sobre este assunto é referido pelo coordenador da formação profissional que:

«O principal objectivo é desenvolver as suas competências sociais e pessoais para se integrarem. A formação profissional está estruturada de modo a que não percam alguns aspectos importantes» (E2).

Assim, podemos constatar que apesar de os/as jovens perderem algumas oportunidades que poderiam ter, se fossem incluídos na escola regular, estes/as têm na formação profissional uma alternativa formativa que lhes permite adaptarem-se melhor e obterem conhecimentos e competências que os/as poderão vir a incluir profissional e socialmente.

Percepções sobre a formação profissional

Percepção dos/as jovens:

Relativamente à percepção dos/as jovens esta sempre se mostrou imprescindível para a concretização dos nossos objectivos, uma vez que, os/as jovens são o nosso objecto de estudo, sendo que a relação entre estes/as, a escola e a instituição foram centrais na elaboração deste trabalho.

Através das observações que efectuamos podemos apercebermo-nos que todos/as os/as jovens gostam da formação profissional, esta perspectiva foi confirmada através das entrevistas que realizámos com os/as jovens, nas quais todos/as referiram isso mesmo. Os motivos apontados para o facto de gostarem da formação profissional são diversos, nomeadamente por razões de empregabilidade futura e pelo tipo de conhecimentos que adquirem, bem como a maior relação com o mercado de trabalho, algo que não se verifica na escola “normal”.

«Gosto, porque é bom para o nosso futuro para arranjar um trabalho bom» (E5).

«Gostamos da formação profissional. Aprendemos outras coisas, coisas novas» (E5).

No decorrer deste trabalho questionámos também os/as jovens ao nível das suas percepções sobre os cursos em que estão inseridos/as, focando-nos na sua opinião quanto ao gosto pelo curso, à forma como o escolheram, as perspectivas de futuro que este lhes traz e o tipo de aprendizagens que obtêm com este.

As raparigas disseram-nos que gostam do curso em que estão inseridas. Das quatro jovens com que falamos, três disseram-nos que não mudavam de curso, porque gostam do que estão a frequentar. Só uma das jovens é que afirmou que se tivesse possibilidade de mudar de curso mudava, se o curso fosse melhor. No caso dos rapazes, todos afirmam gostar do curso em que estão inseridos, sendo que referem que se manteriam no mesmo curso, mesmo que pudessem mudar.

Relativamente à escolha do curso as respostas foram diversas, sendo que, algumas jovens referiram que não tinham tido a oportunidade de escolher o curso em que estão inseridas.

«Não pude escolher, não me deram hipótese de escolher. Não sabia que existia o curso de cozinha e lavandaria, quando vim para cá» (E6).

Outra jovem referiu uma situação idêntica à anterior, uma vez que, afirmou ter sido encaminhada para o curso onde existiam vagas, sendo este o de serigrafia.

No entanto, a maioria dos/as jovens revelou ter tido oportunidade de escolher o curso em que estão inseridos/as, tendo sido esta escolha feita por gosto pessoal. Nomeadamente, os rapazes disseram-nos que escolheram o curso por terem gosto na área da mecânica. Explicaram-nos também que embora no curso, se comece pela lavagem e todo ele incida mais nessa área, no estágio podem trabalhar mais na área da mecânica, que é aquela que gostam (E6).

Pelo que pudemos constatar todos/as jovens pensam aprender na formação, considerando as aprendizagens que aqui obtêm importantes para os seus futuros, para desta forma conseguirem um emprego na área.

Relativamente a esta questão as quatro jovens concordaram entre si, dizendo-nos que acham que o que estão a aprender na formação profissional lhes vai servir para o futuro (E6).

No que diz respeito aos rapazes pudemos verificar que estes acham que o curso lhes vai servir para o futuro. No entanto, apontam a desvantagem do curso em que estão inseridos se focalizar mais na área da lavagem, uma vez que pensam que este lhes proporcionará menos oportunidades, comparativamente com a área da mecânica. Apesar disso, quando são encaminhados para estágio, a sua formação centra-se mais na área da mecânica, sendo isto percebido por parte dos formandos como algo positivo (E6).

Tendo em conta o que foi referido anteriormente podemos concluir que os/as jovens têm uma percepção bastante positiva acerca da formação profissional, em contraste com a escola regular. Esta representação dos/as jovens em relação à formação profissional deve-se sobretudo à percepção que estes/as têm do facto de esta lhes conferir maiores oportunidades e qualificações, comparativamente com a escola.

Percepção dos/as profissionais:

Consideramos importante especificar as percepções dos diferentes intervenientes na formação profissional, uma vez que, nestas se constituem os resultados desta investigação. Assim iniciaremos esta análise com as percepções dos/as profissionais da instituição sobre a formação profissional, tendo em conta que estas foram essenciais para conhecermos o funcionamento e as perspectivas destes/as acerca da formação e dos/as jovens.

Assim, de um modo geral profissionais da instituição que trabalham directamente com a formação profissional afirmam que esta

« (...) lhes dá muita coisa e que as oportunidades são dadas a todos/as, sem excluir os que apresentam “menos capacidades”. No entanto, eles/as nem sempre as aproveitam, o que por vezes acontece por influência da própria família, transmitiu-nos um dos monitores» (E4).

Esta posição é justificada por diversos motivos, como o facto de ser uma forma de evitar potenciais ocorrências de desvios nas vidas dos/as jovens, como a entrada na criminalidade. Deste modo, do ponto de vista destes/as profissionais, a formação profissional, em particular nesta instituição, constitui um meio para que os/as jovens, que são excluídos ou que abandonam o sistema regular de ensino, se mantenham ocupados durante uma parte significativa do seu dia. Assim, impede que os/as jovens se desmotivem em relação ao seu futuro profissional e formativo, funcionando como impulsionadora de novas formas de integração social, como o apoio na entrada para o mercado de trabalho. Na entrevista com os/as monitores/as da formação profissional foi-nos referido sobre este assunto que:

« (...) a formação profissional tem como grandes vantagens garantir o futuro dos/as jovens, integrá-los/as no mercado de trabalho e ensinar-lhes uma profissão. Além disso, é importante, pois ocupa os/as jovens, de modo a que estes/as não façam o que não devem (asneiras)» (E4).

Revelamos também interesse em perceber qual a opinião dos/as monitores/as relativamente à possibilidade destes/as jovens regressarem à escola “normal” e obterem sucesso. Neste sentido podemos constatar que os/as monitores concordam entre si com a possibilidade dos/as formandos/as voltarem à escola e terem sucesso nesta. No entanto, também nos apresentam uma outra perspectiva:

«(...) como os/as jovens gostam da formação profissional por ser mais prática, comparativamente com a escola existe a possibilidade de não se adaptarem a esta, acabando por não ter sucesso, sendo também verdade que a falta de bases escolares, em alguns dos casos não permitiria o sucesso escolar» (E4).

Partindo destas afirmações pode considerar-se que a percepção que os/as profissionais da instituição, que trabalham particularmente com a formação profissional, é de que esta se destina a colmatar os problemas sociais que estes/as jovens poderiam enfrentar ao deixarem a escola prematuramente. Assim, estes/as ao encontrarem uma série de entraves e problemas de integração social e profissional, como a não obtenção de um emprego ou a precariedade do mesmo, resultante, por exemplo, do facto de estes/as jovens terem níveis escolares pouco elevados, potencia a entrada destes/as no mundo da delinquência e criminalidade juvenil. Tal como refere Machado Pais, «os problemas dos/as jovens universitários (e dos/as jovens em geral) são problemas principalmente remetidos para as dificuldades de inserção profissional, readquirindo cada vez mais relevo outros «problemas», associados ao consumo de droga, à delinquência, etc.» (Machado Pais, 1990:143).

O facto de existir este tipo de percepções, formuladas pelos/as profissionais da formação profissional, é considerado por nós como sendo um factor benéfico à formação uma vez que, confrontados com jovens que sabem à partida ter algumas dificuldades a nível social, faz com que estes/as se encontrem mais atentos e estabeleçam um relação de maior proximidade com os/as jovens, na tentativa de superar essas mesmas dificuldades e assim, prosseguir com os objectivos da formação.

Percepção social:

Optámos pela abordagem deste tema, pois no decorrer da nossa investigação temos vindo a verificar que a desvalorização da formação profissional é uma realidade. Deste modo, encontramos nos conceitos deste autor uma relação entre a realidade e a teoria, ou seja, pudemos comprovar que as ideias expressas por José Matias Alves vão de encontro ao que temos observado.

Assim sendo, segundo nos afirma José Matias Alves, autor do livro *Crises e dilemas do ensino secundário – em busca de um novo paradigma*, «os cursos gerais continuam a exercer o seu

poder de referência, atracção e exclusão, num primeiro momento, escolar, e mais tarde, profissional. Os cursos tecnológicos e profissionais, decalcados da matriz dos cursos gerais, são, provavelmente para a maioria dos [/as] alunos [/as] uma segunda escolha, a eles acedendo os [/as] que têm um passado de maior insucesso e expectativas escolares, sociais e profissionais mais baixas» (Alves, 1999:19). Esta é uma escolha determinada socialmente, sendo que muitos/as dos/as alunos/as não concluem os cursos e ficam retidos logo no início (Alves, 1999:19). Os cursos gerais apresentam «um currículo académico, abstracto e livresco». Por outro lado, o currículo tecnológico é «prático, experimental e contextualizado». Ou seja, a escola “normal” serve «para formar elites administrativas e assegurar a mobilidade social ascendente», os cursos profissionais «para formar trabalhadores da indústria e do comércio e assegurar a regulação social das aspirações» (Alves, 1999:27).

De facto, em conversa com os/as monitores/as da instituição estes/as disseram-nos que acreditam no sucesso de alguns/mas jovens, caso estes/as voltassem para a escola dita normal, consideram que com algum apoio familiar e escolar poderiam realmente obter resultados mais satisfatórios do que anteriormente, poderiam obter o ensino obrigatório, já que a maioria deles/as não o concluiu. No entanto, também referem que existem jovens que não teriam bases escolares suficientes para avançar, e que de um modo geral, se mostram mais satisfeitos com a formação profissional, pelo facto de esta ser mais prática, ou seja, este poderia ser um entrave à continuação da formação escolar.

Conversamos também com algumas jovens acerca de voltarem à escola, isto é, perguntamos-lhes se gostariam de voltar à escola, e apesar de elas terem afirmado que gostavam da escola quando lá andavam, disseram-nos também que não queriam voltar, pois a formação profissional dá-lhes uma formação para posteriormente, terem um emprego, sendo que, as questões de ordem económica foram ainda referidas como uma causa para não voltar à escola, por seu lado, a formação profissional atribui-lhes um valor monetário que, pelo que percebemos, funciona como estímulo para estas jovens.

Gostaríamos também de salientar que nos foi referido pelos vários elementos da formação profissional, entre eles monitores/as, coordenador e formandos/as que existe de facto, desvalorização social neste tipo de formação, tornando-se esta um obstáculo a ultrapassar.

A desvalorização é ainda mais agravada nesta instituição em particular, uma vez que, acolhe pessoas com deficiência mental, aumentando assim os estereótipos que recaem sobre os/as formandos/as. Neste sentido, a monitora que entrevistámos apresentou-nos como principal desvantagem o estereótipo das empresas para contratar jovens com deficiência mental, segundo a monitora revela-se um entrave até para os estágios dos/as jovens (E4).

Apesar da maior desvalorização poder advir por parte das empresas, é ainda importante referir que estes obstáculos surgem, por vezes, através da própria família, bem como da sociedade em geral. Estas situações foram-nos descritas pelo coordenador, na primeira e segunda entrevistas que lhe realizámos.

«No caso de alguns jovens com deficiência, com graus de deficiência mais elevados, recebem o subsídio para a pessoa deficiente. E quando começam a trabalhar retiram-lhes esse subsídio e as famílias não querendo perder esses subsídios recusam-se a que os [/as] jovens comecem a trabalhar, mesmo sabendo que no caso de deixar de trabalhar, o subsídio volta a ser dado. Vive no nosso país um clima de “subsidiodependência” em que as pessoas preferem ficar em casa a receber os subsídios do que a ir trabalhar, sendo que, o trabalho contribui para que o indivíduo se sinta útil e participante na sociedade» (E2).

Como forma de combater esta situação, a instituição adoptou a seguinte medida:

«No próximo ano vai passar a existir uma cláusula, na qual as famílias se comprometem a deixar o [/a] jovem ir trabalhar no caso de ser contratado, caso contrário o nosso trabalho não faz sentido» (E2).

No que respeita à desvalorização por parte da sociedade o coordenador afirmou-nos o seguinte:

«Não podemos exigir à sociedade que entenda estas instituições, o caminho é agir com normalidade» (E3).

Percebemos assim que a valorização dos cursos profissionais como meio para obter conhecimentos e como meio de empregabilidade encontra-se ainda numa fase que necessita de melhoramentos, no sentido de encontrar espaço para este tipo de formação, encontrando deste modo, aceitação social.

Conclusão

Pretendemos concluir que ao longo do trabalho enfatizamos o papel da escola como factor de exclusão dos/as jovens e a formação profissional como factor integrador dos/as mesmos/as. Neste sentido, podemos concluir que a escola espelhando-se nas práticas educativas da formação profissional, poderia oferecer aos/às jovens maiores oportunidades, no sentido de os/as incluir de forma positiva na sociedade. Assim, evidenciando os aspectos que consideramos ser mais benéficos para a formação dos/as jovens, podemos afirmar que a escola deveria adoptar métodos de ensino mais práticos e menos ligados ao abstracto, onde cada grupo social visse valorizado o seu potencial. Outro factor importante na formação profissional pelo qual a escola se poderia orientar, diz respeito ao facto de os/as formandos/as terem um papel activo e autónomo no seu processo de formação e aprendizagem. Pensamos que, deste modo, a escola poderia oferecer uma verdadeira igualdade de oportunidades aos/às jovens que a frequentam.

Com este tipo de actuação, por parte da escola, estes/as jovens conseguiriam aceder a uma formação académica de base que poderia ou não ser complementada, posteriormente, com uma formação mais direccionada para o nível profissional, o que é por nós considerado como mais vantajoso para os/as jovens do que o ingresso na formação profissional antes de terminar a escolaridade obrigatória.

Para terminar consideramos importante referir que a formação profissional se preocupa em diminuir as desigualdades sociais e profissionais que estes/as jovens encontram, devido ao abandono da escola tão prematuramente. Mas a verdade é que também constatamos que reduzir esta desigualdade não é uma tarefa facilitada pela sociedade no seu geral, pois, nem sempre aceita estes/as jovens a nível profissional e social. De facto, conseguimos assim perceber que a formação profissional ainda se direcciona grandemente para os grupos mais desfavorecidos, a vários níveis, nomeadamente, económica e socialmente, e enquanto este tipo de formação for reconhecido desta forma, tem um caminho de difícil afirmação, que consequentemente dificulta também a valorização de quem o frequenta. Contudo, é uma oportunidade que estes/as jovens têm e que apesar de tudo, pensamos que os/as ajuda a preencher algumas lacunas deixadas pela escola regular.

¹ Estudante de Mestrado em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, danielaffp@hotmail.com

² Estudante de Mestrado em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sara_pinheiro1987@hotmail.com

³ Professora auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sofiamsilva@fpce.up.pt

Referências Bibliográficas

- Alves, José Matias (1999) *Crises e Dilemas do Ensino Secundário. Em Busca de um Novo Paradigma*. Porto: Edições Asa.
- Canário, Rui (2005) *O que é a Escola? Um “Olhar” Sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Coleman, James (1986) «The Concept of Equality of Opportunity». In B.R. Cosin *et al.* (Org.) *School and Society*. Londres: Routledge Kegan Paul.
- De Ketele, Jean-Marie e Roegiers, Xavier (1993) *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamento dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lessard-Hébert, Michelle; Goyette, Gabriel e Boutin, Gérard (1990) *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Pais, José Machado (1990) «A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos», *Análise Social*, 105/106, 139-165.

Silva, Augusto Santos (1994) «Análise Sociológica e Reflexão Democrática Sobre a Educação: um diálogo com vantagens recíprocas». *Análise Social*, 129, 1211-1227.

Vala, Jorge (1989) «A Análise de Conteúdo». In António Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. Pp. 101-128.

Van Campenhoudt, Luc (2003) *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Decretos-Lei

Artigo 2º, alínea a; artigo 3º alínea a, c, e, i (s/d) *Proposta de Lei para a Formação Profissional*. [on-line],

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MSST/Comunicacao/Outros_Documentos/20040512_MSST_Doc_Formacao_Profissional.htm.

Retirado dia 13 de Fevereiro de 2007 às 18:11h.